

**FUNDAÇÃO RENOVA**  
(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)

CNPJ/MF nº 25.135.507/0001-83

VISTO  
BH. 16/04/2019

Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

**ATA DA 19ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO  
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2018**

1. **Data, horário e local:** No dia 10 de dezembro de 2018 às 9h00min, na Rua Professor Moraes, nº 600, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.
2. **Convocação, presença e instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 48 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:
  - 2.1. Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta, participando de forma presencial;
  - 2.2. Sr. Carlos Alberto Sangália, participando de forma presencial;
  - 2.3. Sr. Cláudio Bruzzi Boechat, participando de forma presencial;
  - 2.4. Sr. Élcio José Souza de Oliveira, participando de forma presencial;
  - 2.5. Sr. Hernani Ciro Santana, participando de forma presencial;
  - 2.6. Sr. Hugo Stefano Carvalho Carneiro participando de forma presencial;
  - 2.7. Sr. Humberto Savelli B. Gomes, participando de forma presencial;
  - 2.8. Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza, participando de forma presencial;
  - 2.9. Sra. Sônia Madali Boseja Carolino, participando de forma presencial;
  - 2.10. Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac, participando de forma presencial.
- 2.11. Presentes os seguintes representantes da Fundação Renova: Guilherme Tângari, Gerente de Governança e Riscos; Andrea Azevedo, Diretora de Desenvolvimento Institucional; Tânia Alcântara Loss Vincens, advogada externa da Fundação Renova; Rafaela Teodorico, Analista de Governança; Fernando Matos, Líder de Governança; Ananda Leeuwen, Analista de Programa Socioeconômico; José Carlos Carvalho, Coordenador do Comitê Técnico; Cléber Lobato Becho, Analista Socioinstitucional; Juliana Bedoya, Líder de Programa Socioambiental; Yone Fonseca, Líder de Programa Socioambiental e Marcelo Micherif, Líder de Relacionamento Institucional.
- 2.12. Presentes também os convidados Aníbal Santiago, da UFOP, e Fernando Jardim, da Copasa.

3. **Mesa:** Secretária: Sra. Tânia Alcântara Loss Vincens

4. **Ordem do dia:**

(a) Abertura da reunião;



- (b) Alinhamento dos Conselheiros;
- (c) Intervalo para Lanche;
- (d) Celebração da colheita: aprendizados e conexões do CCO;
- (e) Projetos da Foz;
- (f) PG13 e PG33 Atualização sobre os projetos de turismo, cultura e educação ambiental;
- (g) Almoço;
- (h) Saúde e Proteção Social;
- (i) Intervalo para Lanche;
- (j) Esclarecimento sobre o motivo das denúncias relatadas pelo Prefeito de Mariana;
- (k) Encerramento e avaliação da reunião

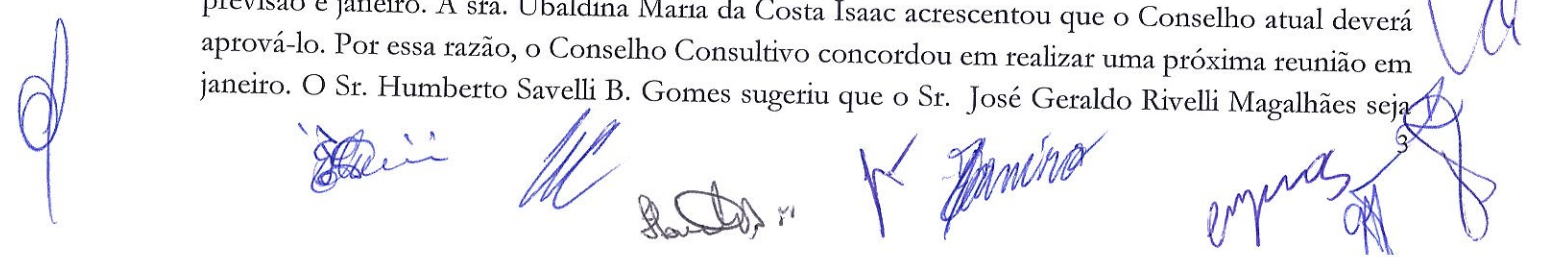
VISTO  
 BH. 16/04/2019  
 Gabriel Pereira de Melo  
 Promotor de Justiça  
 Curador de Fundações

**5. Discussões:**

5.1 O coordenador do Conselho Sr. Cláudio Boechat iniciou a reunião do dia. A sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta informou que solicitou à Fundação Renova a produção de uma pasta arquivo, para demonstrar para a sociedade o que foi feito por este Conselho. O Sr. Carlos Alberto Sangália acrescentou que o ideal seria que a Fundação Renova produza uma apresentação, com as recomendações que tiveram retorno e as que não tiveram retorno. O Sr. Claudio Boechat ponderou que na última reunião ficou acertado com esse Conselho que não seria dada sequência nas recomendações. A sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta informou que a população cobra dos conselheiros retorno das ações realizadas. O sr. Claudio Boechat concluiu que é necessário resgatar quais foram as demandas apresentadas e que não geraram recomendação e as demandas que geraram recomendação. Acrescentou que algumas demandas não foram registradas. Questionou se o documento das devolutivas de Barra Longa foi entregue aos conselheiros, que negaram o recebimento. O sr. Carlos Alberto Sangália informou que o Gerente de território de Linhares não apresentou a devolutiva solicitada. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza questionou se existe metodologia sobre o surgimento e registros das demandas. O sr. Claudio Boechat sugeriu registrar todas as demandas em uma página da internet, em que todos os conselheiros tivessem acesso. O Sr. Humberto Savelli B. Gomes acrescentou que as atas são enviadas aos conselheiros dias antes das reuniões, não sendo possível uma revisão adequada. A sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu o prazo de entrega da ata de 15 dias, prazo suficiente para o Conselho Consultivo se preparar. O Sr. Carlos Alberto Sangália reforçou a necessidade de a Renova ter equipe própria dedicada ao Conselho Consultivo. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu que o banco de dados resgate todas as demandas. No entanto, para as demandas anteriores, deveria ser dado prazo para resgate, como por exemplo 4 meses. O Sr. Élcio José Souza de Oliveira questionou sobre seus alugueis em Regência. Ponderou que a Fundação Renova não os reconhece como perfil turístico, e que o mesmo certamente pode estar acontecendo em todo o território atingido. A sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza recomendou que o Conselho Consultivo avalie os Gerentes de território, ressaltando que o Conselho deve decidir como será essa avaliação. O Sr. Carlos Alberto Sangália acrescentou que o Gerente de território poderia ser um ponto focal das ações nos territórios, mas que neste sentido eles não estão sendo "Gerentes de território". A

sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu que a Fundação Renova apresente seu processo de avaliação dos Gerentes de território, para que os Conselheiros avaliem se estão de acordo com tal avaliação. Acrescentou que algumas cidades não foram reconhecidas como atingidas e que o Conselho nunca se manifestou sobre tais cidades. O Sr. Cláudio Boechat ressaltou que o Conselho Consultivo está passando por um período de transição, onde se pretende ter a representatividade de todo o território. O Sr. Carlos Alberto Sangália questionou quando a nova estrutura de Governança começará. O sr. Claudio Boechat informou que provavelmente em fevereiro, e questionou se a reunião de dezembro será a última reunião ou se deve ser realizada mais uma reunião em janeiro, face ao processo de transição. O Sr. Carlos Alberto Sangália lembrou que ficou definido que a primeira reunião do próximo Conselho Consultivo teria a participação do Conselho atual. O sr. Elcio José Souza de Oliveira acrescentou que o próximo Conselho possivelmente visitará essas cidades que estão, atualmente, sem apoio. A sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza completou que haverá troca dos representantes das comunidades. O sr. Cláudio Boechat informou que se deve preparar para troca total do Conselho Consultivo. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta ponderou que acredita que a foz não terá representante no próximo Conselho. Sugeriu a participação dos representantes da foz nas assessorias técnicas. Questionou porque o Ministério Público não se interessou pelo trabalho realizado pelo Conselho Consultivo. O Sr. Cláudio Boechat lembrou que o Conselho decidiu produzir um relatório para informar inclusive para o MP, sobre o que foi feito. O sr. Humberto Savelli B. Gomes solicitou que esse relatório seja encaminhado para aprovação dos Conselheiros previamente ao envio propriamente dito. Sugeriu que cada Conselheiro recebesse uma cópia do relatório, que deverá ser entregue para a comunidade ou instituição que representa. O Sr. Carlos Alberto Sangália indagou sobre a carta que será entregue ao CIF. O Sr. Cláudio Boechat informou que a carta ficou pronta na última reunião. O Sr. Carlos Alberto Sangália informou que a carta que se refere à insatisfação sobre as recomendações que não tiveram respostas. Tal carta seria enviada inclusive para o MP e se tornaria pública. A sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relatou que escutou, na comunidade, que os novos Conselheiros querem fazer aquilo que não foi feito até o momento, tendo em vista que o novo Conselho não será conduzido pela Fundação Renova. Por esse motivo, o Conselho necessita dar um feed back para a comunidade, informando o que foi realmente feito. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza respondeu que o MP nunca considerou o atual Conselho como legítimo. Ressaltou que o TAC Governança não menciona os representantes das associações, apenas os representantes dos territórios. Por esse motivo, acredita que as demais representações serão mantidas. A sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac informou que os representantes das universidades serão mantidos. A sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta ponderou que seria importante manter os representantes da foz. Acrescentou que os novos representantes trarão novas demandas. O Sr. José Carlos Carvalho acrescentou que é fundamental o book de documentos e atas de todas as demandas trazidas, atendidas, apresentando o registro atual. Inteirou que, com o TAC Governança, o MP passa a reconhecer as estruturas de Governança, inclusive o Conselho Consultivo passa a ser reconhecido como sistema de Governança. Ressaltou que o relatório que está sendo produzido deve ter números, representar toda a realidade do que foi realizado e decidido por esse Conselho. A Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac questionou quando ocorrerá a contratação da equipe que produzirá o relatório. O Sr. Cláudio Boechat informou que a previsão é janeiro. A sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac acrescentou que o Conselho atual deverá aprová-lo. Por essa razão, o Conselho Consultivo concordou em realizar uma próxima reunião em janeiro. O Sr. Humberto Savelli B. Gomes sugeriu que o Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães seja

VISTO  
BH. 16/04/2019  
Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações



contratado para escrever esse relatório. O Sr. José Carlos Carvalho acrescentou que o Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães deveria ser o relator, mas não o digitador. O Sr. Cláudio Boechat informou que a Sra. Luísa Rennó fez um orçamento, no entanto enviará a proposta de contratação do Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães ser contratado junto, para orientar a sra. Luísa Rennó na preparação do texto. Sugeriu que a próxima reunião ocorra no final de janeiro. Informou que a previsão é que o relatório contenha de 30 a 40 páginas. Sugeriu que o Conselho Consultivo faça uma indagação formal à Fundação Renova, sobre a situação dos alugueis, apontada pelo sr. Élcio José Souza de Oliveira, sugerindo que a Renova faça uma apresentação sobre o assunto na próxima reunião. Indagou como seria a integração dos Conselheiros com as assessorias técnicas, sugerida pela Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu que seja enviado uma carta ao MP, solicitando que o mesmo considere a atuação dos atuais Conselheiros e que essas pessoas possam dar suporte às assessorias técnicas. A sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza acrescentou a dificuldade de ingresso nas assessorias técnicas, por serem um grupo fechado. A Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac recomendou que os Conselheiros ingressem nas Câmaras Técnicas. O Sr. Hernani Ciro Santana concordou com a dificuldade de ingresso nas assessorias técnicas. O sr. Cláudio Boechat questionou se não seria melhor enviar a recomendação às câmaras técnicas e ao CIF. Ressaltou que os Conselheiros poderiam ter uma influência saudável nas Câmaras Técnicas. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza expôs o novo cenário político, proporcionado pelo TAC Governança, com a presença dos representantes do MAB. O sr. Cláudio Boechat questionou se cabe alguma ação do Conselho Consultivo tendo em vista o cenário exposto. O sr. José Carlos Carvalho ressaltou que a mudança poderá ocorrer na abordagem do Conselho Consultivo com as comunidades. Reiterou que a própria Fundação Renova mudará a forma de abordagem do Conselho Consultivo. A sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza acrescentou que o banco de dados sugerido pode ser uma ferramenta para a própria comunidade verificar as demandas e as devolutivas do Conselho. O Sr. Humberto Savelli B. Gomes ponderou que a entrada de novos membros no Conselho Consultivo não pode cercear a liberdade de expressão de seus membros e que se for necessário, o representante do MP que deverá estar presente nas reuniões do Conselho Consultivo, tem autoridade para inibir qualquer tipo de ameaça.

5.2 A Sra. Olívia Braschi iniciou a Celebração da Colheita: aprendizados e conexões do Conselho Consultivo. Apresentou o desenvolvimento de atividades voltadas para a transformação dos conflitos e as lições aprendidas. O sr. Carlos Alberto Sangália expôs que não deveria ser fixado tempo para fala dos Conselheiros, pois os assuntos devem ser exauridos até o fim. A sra. Olívia Braschi informou que a proposta é organizar o tempo, para que as reuniões sejam funcionais. Se o Conselheiro não quiser se manifestar, não tem problema, no entanto deve ser dada oportunidade igual a todos. A sra. Aparecida Ferreira Anchieta discordou que informação e conhecimento sejam iguais. A sra. Olívia Braschi acrescentou que não é uma repressão, mas sim organização. O sr. Humberto Savelli B. Gomes sugeriu controlar as demandas enviadas para a Fundação Renova, otimizando o tempo. O sr. Cláudio Boechat informou que está sendo contratada uma pessoa para produzir um relatório e por isso solicitou colaboração da sra. Olívia Braschi no acesso a sua produção para insumo ao relatório. A sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu a alteração no formato da reunião, com reunião prévia dos Conselheiros. A sra. Olívia Braschi ponderou a proposta é muito válida, sendo toda forma de convivência importante para o processo de aprendizagem.

VISTO  
BH. 16/10/2019  
Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Cuidador de Fundações

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller ones in the center, and a signature on the right that appears to be 'Amiro'.

5.3 O Sr. Cleber Lobato apresentou os Projetos da Foz, em especial os de Povoação. O sr. Carlos Alberto Sangália questionou porque o Gerente de território não pôde comparecer a esta reunião. A sra. Rafaela Teodorico informou que, com a alteração da data da reunião, solicitada pelo Conselho, o Sr. Sérgio Kuroda não pôde comparecer. O Sr. Cleber Lobato apresentou todo o histórico de entregas realizadas desde agosto de 2018. Apresentou os fatos relevantes, os riscos e as ações em andamentos na Foz. A sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relatou a insatisfação com a demora nas entregas dos projetos. Questionou porque o projeto do ponto de ônibus foi entregue em Regência, se foi proposto por Povoação. Relatou que acontecem muitas reuniões, mas os projetos não dão andamento, ficando a comunidade desacreditada. O Sr. Humberto Savelli B. Gomes questionou quem está executando as obras. O Sr. Cleber Lobato informou que a equipe de infraestrutura é a responsável pelas obras. O Sr. Humberto Savelli B. Gomes acrescentou que seria interessante se as pessoas que se capacitaram no curso de marcenaria fossem empregadas nas obras.

5.4 O Sr. Felipe Moura discorreu sobre os programas PG13 e PG33, atualizando sobre os projetos de turismo, cultura e educação ambiental, em especial na Foz. Informou que o ponto de ônibus foi construído em Regência porque o projeto inicial, oriundo da Samarco, previa a construção em Regência e não em Povoação. A sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relatou sua insatisfação com os projetos entregues em Regência e não iniciados em Povoação. Questionou a morosidade em se iniciarem os projetos em Povoação e apresentou a realidade e as dificuldades da comunidade. O sr. Humberto Savelli B. Gomes perguntou se os profissionais que estão sendo capacitados serão aproveitados pela Fundação Renova. O Sr. Cleber Lobato respondeu que sim, obedecendo a critérios, mas o Sr. Carlos Alberto Sangália retrucou dizendo que não. O Sr. Humberto Savelli B. Gomes relatou que seria importante a capacitação na área de turismo, pois estas pessoas poderiam ser aproveitadas nos projetos que a Fundação Renova desenvolve com profissionais de fora da região. Relatou que, sobre a ETA, existe um conflito de informação entre a apresentação do Sr. Cleber Lobato e a informação passada na última reunião, sobre a desconsideração da água que não havia sido aprovada pela comunidade. O sr. Cleber Lobato reiterou que a água está dentro dos padrões do CONAMA, mas o SAAE não a aprova, porque o nível de cloreto está próximo do limite superior dos padrões. Informou que será apresentada uma nova solução para o SAAE, com a proposta de um blend da água de Regência e Povoação. O sr. Felipe Moura informou que a água está dentro dos padrões, no entanto a Fundação Renova pretende entregar água que as pessoas não estranhem e/ou desconfiem de sua qualidade. O Sr. Cleber Lobato anunciou que o SAAE perfurou um novo poço em Regência, no último final de semana, no qual foi encontrada água, no entanto a mesma ainda não foi avaliada. O Sr. Carlos Alberto Sangália ponderou que o blend não é uma solução definitiva. Expôs suas ponderações sobre as obras de Regência. Informou que ocorreram vários cursos profissionalizantes na comunidade, no entanto os participantes não são aproveitados pela Fundação Renova. Relatou sua insatisfação com a demora e a falta de efetividade nos projetos em Regência. O sr. Elcio José Souza de Oliveira questionou sobre o prazo para a entrega da estação de energia de Regência. O Sr. Cleber Lobato respondeu que o prazo é outubro de 2019. O Sr. Felipe Moura ponderou que a Fundação Renova atua em situação de emergência, mas, no entanto, frisou a importância do planejamento para que os projetos durem a longo prazo. Acrescentou que a Fundação Renova incorporou o pagamento das contas de energia, até a conclusão da estação de energia elétrica. O sr. Carlos Alberto Sangália acrescentou que a qualidade das obras não é satisfatória, expondo, como por exemplo, o ponto de ônibus que não tem acesso para cadeirantes. O Sr. Cleber Lobato ressaltou

VISTO  
 BH. 16/09/2017  
 Gabriel Pereira de Mendonça  
 Promotor de Justiça  
 Curador de Fundações

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

que a rampa ainda será construída, junto com o gramado. Sobre a contratação local, informou que não foram todas as pessoas que fizeram o curso de capacitação que foram contratadas, no entanto, a empresa contratada para as obras, têm a liberalidade para escolher os seus funcionários, apesar do programa de contratação local, no qual as Contratadas da Fundação Renova estão obrigadas a contratar profissionais locais. A sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu que ocorram debates locais, com representantes das comunidades, para dar credibilidade aos projetos. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta acrescentou a morosidade em se implantar os projetos em Povoação. O Sr. Felipe Moura retornou a apresentação sobre os objetivos, prazos e andamento (i) da Recuperação das escolas e Integração da comunidade escolar do Programa 11; (ii) do Programa 12 (preservação da Memória histórica cultural e artística); (iii) do Programa 34 (Preparação para Emergências Ambientais); (iv) do Programa 13 (Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e lazer). O Sr. Carlos Alberto Sangália ponderou que os fundos devem ser definidos em comum acordo entre comunidades, Poder Público e Fundação Renova. O sr. Felipe Moura informou que o programa é reparatório, devendo beneficiar o conjunto do município. O Sr. Humberto Savelli B. Gomes citou como exemplo, a implantação do CIT em Governador Valadares, onde as faculdades, secretarias e instituições da cidade não tiveram espaço para fazer sugestões sobre a implantação deste projeto. Lembrou também que o Conselho ainda não havia recebido retorno, sobre quem iria manter a estrutura do CIT, após a entrega do Centro para a comunidade. Afirmou que este questionamento foi feito logo após a visita dos conselheiros ao CIT de Mariana. O Sr. Felipe Moura respondeu que preocupação é gerar projetos que a comunidade consiga manter a longo prazo. O sr. Cláudio Boechat ponderou que o programa de cultura deve valorizar a identidade do Vale. O Sr. Carlos Alberto Sangália questionou porque está sendo feito outro diagnóstico, tendo em vista que a empresa Futura já realizou um diagnóstico. O Sr. Felipe Moura informou que está sendo realizado um diagnóstico, para incluir algumas comunidades, bem como para aprofundar o diagnóstico nas demais comunidades; (v) do Programa 33 (educação para revitalização da Bacia do Rio Doce. Os conselheiros sugeriram que o Programa 33 seja pauta da próxima reunião.

5.5 Reunião Suspensa para almoço;

5.6 A Sra. Yone Fonseca iniciou a apresentação sobre Saúde e Proteção Social. Apresentou o artigo “Compreensão das alterações metabólicas nos microbiomas de água doce associadas ao maior desastre de mineração do mundo”, Cordeiro et al., 2018, e as mentirosas matérias vinculadas pela mídia, como “A explosão de bactérias é ameaça à Bacia do Rio Doce”. O Sr. Fernando Jardim acrescentou que o artigo científico apresentado é muito bom, no entanto o alarme feito pela imprensa não tem fundamento técnico. O professor da UFOP convidado pelo conselho consultivo, Sr. Aníbal Santiago, acrescentou que o que foi falado na mídia é bem diferente dos resultados de pesquisas realizados. O sr. Humberto Savelli B. Gomes questionou se, tendo em vista o crescimento de bactérias, existe algum estudo sobre a saúde das pessoas que consomem a água e se o tratamento de água nas ETAs da região mata todas as bactérias. O professor Aníbal Santiago e o sr. Fernando Jardim informaram que o cloro acaba com toda a bactéria. O sr. Fernando Jardim informou que o consumo não faz mal à saúde dos consumidores. O sr. Carlos Alberto Sangália questionou sobre o odor da água. O sr. Fernando Jardim relatou que o composto liberado pelas bactérias tem odor característico. O Sr. Humberto Savelli B. Gomes questionou se o SAAE tem tratamento de lodo. A sra. Yone Fonseca respondeu que, em Governador Valadares, não há tratamento de lodo, sendo jogado de volta ao Rio Doce. O Sr. Hernani Ciro Santana informou que essas bactérias não são consequências da mineração. A sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac reforçou

VISTO  
BH. 16/04/2019  
Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Cuidador de Fundações

a necessidade de comunicar e divulgar os dados para a comunidade. O sr. Humberto Savelli B. Gomes concordou com a necessidade de se divulgar o monitoramento para a comunidade. sra. Yone Fonseca acrescentou que a lama é inerte dentro da barragem de Fundão e que fora da barragem não é perigoso. O sr. Élcio José Souza de Oliveira sugeriu que os resultados do monitoramento devem ser divulgados para a população. O Sr. Cláudio Boechat questionou como o Conselho pode ajudar, sugerindo a emissão de uma recomendação no sentido que a área técnica faça a divulgação do monitoramento. O Sr. Carlos Alberto Sangália questionou quais os riscos dessas bactérias no banho. O sr. Fernando Jardim respondeu que não existem riscos. O sr. Cláudio Boechat perguntou os riscos na agricultura. E o sr. Fernando Jardim ponderou que não existem riscos. O Sr. Carlos Alberto Sangália questionou porque a Fundação Renova não respondeu à imprensa. A sra. Yone Fonseca respondeu que essa pergunta deve ser direcionada à Governança. O sr. Hugo Stefanio acrescentou que quem cala consente. O Sr. José Carlos ressaltou que a mídia é, por tradição, catastrofista, devendo a informação ser combatida com informação, no entanto a mídia não dá espaço à resposta. O sr. Guilherme Tângari acrescentou que não sabe o motivo da ausência de resposta da Fundação Renova e reforçou que o Conselho Consultivo pode emitir a recomendação para divulgação na imprensa e nas mídias sociais. A sra. Yone Fonseca sugeriu que o Conselho Consultivo recomende a criação de aplicativo para acompanhamento da monitoração online. A emissão de recomendação foi aprovada.

A Sra. Andrea Azevedo esclareceu os motivos das denúncias feitas pelo Prefeito de Mariana fortemente relatadas na mídia, a respeito do pagamento de indenizações de gastos extraordinários dos municípios nos momentos posteriores ao rompimento da Barragem de Fundão. Relatou que o TTAC tem uma cláusula sobre o ressarcimento de gastos extraordinários do Poder Público. A cláusula 141 estabelece o teto de R\$27 milhões, devendo os gastos ser comprovados, e estabelecendo que a Fundação Renova deve negociar com os municípios. Ressaltou que os municípios não conseguiram comprovar os gastos extraordinários, pois houve deslocamento de gastos, mas não gastos extraordinários. Apenas Rio Doce conseguiu comprovar gastos extraordinários. Na Câmara Técnica, foi criada uma metodologia, a partir da qual se aprovou um repasse total de R\$53 milhões. No entanto, 18 municípios entraram com ação judicial coletiva na Inglaterra. A Fundação Renova fez um termo de quitação ampla e irrestrita para os gastos extraordinários, no período de 5 novembro até março de 2016, com a definição dos gastos extraordinários, a ser assinado pelas prefeituras no momento do ressarcimento. Os prefeitos de Mariana, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado reivindicam os impostos cessantes, no entanto tais impostos não estão incluídos no TTAC. Além disso, não existe jurisprudência sobre esse ressarcimento. Reforçou que o TTAC é extrajudicial. O CIF acredita que o termo deve se ater à quitação da cláusula. Já foram pagos 18 municípios. E atualmente a Fundação Renova está analisando documentos de 5 municípios. O Sr. José Carlos questionou se a quitação se refere aos gastos extraordinários do período. A sra. Andrea Azevedo respondeu que se refere à quitação sobre os gastos extraordinários no período acima informado. O Sr. José Carlos questionou se para essas demandas mais volumosas, o destinatário não é a Samarco, devendo essa briga ser contra a Samarco. A sra. Andrea Azevedo ponderou que a Fundação Renova faz as negociações com os municípios e que a Renova que executa o TTAC. Informou que amanhã irá se encontrar com o prefeito de Mariana. O Sr. Cláudio Boechat questionou se existe alguma recomendação para o Conselho emitir a este respeito. No entanto os conselheiros concordaram que apenas os esclarecimentos prestados são suficientes. O Sr. Humberto Savelli B. Gomes questionou se a

VISTO  
BH. 16/12/2019  
Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Caratório de Fundações

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

população tem conhecimento sobre esses projetos que estão sendo entregues. A Sra. Andrea Azevedo relatou que a população acha pouco porque Mariana foi impactada mais pelo fechamento de Samarco. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza questionou o motivo da interpretação dos prefeitos sobre o termo de quitação. A sra. Andrea Azevedo reiterou que o termo de quitação se refere aos gastos extraordinários. O Sr. José Carlos questionou se esse posicionamento é do Conselho Curador ou da Fundação Renova. A sra. Andrea Azevedo relatou que é o posicionamento da Fundação Renova e do Conselho Curador. O Sr. Carlos Alberto Sangália ponderou que a ação é em face da mantenedora e que a Fundação Renova está advogando em favor da empresa.

5.8 A Sra. Andrea Azevedo e o Sr. Cláudio Boechat avaliaram e encerraram a reunião. O sr. Humberto Savelli B. Gomes sugeriu alteração na ata do mês anterior. O Conselho Consultivo sugeriu que a próxima reunião seja no dia 24/01.

6 **Recomendações:** Cumpridas todas as formalidades previstas na legislação pertinente e no Estatuto da Fundação Renova, os Conselheiros presentes, após debates e discussões, aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações a seguinte recomendação:

6.1 Recomendação para diretoria: (i) a criação de aplicativo para divulgação e acompanhamento da monitoração online dos resultados das análises da água.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata no livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

VISTO  
BH. 16/01/2017

Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2018.

Andrea Aparecida Anchieta  
Membro do Conselho Consultivo

Carlos Alberto Sangália  
Membro do Conselho Consultivo

Cláudio Bruzzi Boechat  
Coordenador do Conselho Consultivo

Élcio José Souza de Oliveira  
Membro do Conselho Consultivo

Hernani/Ciro Santana  
Membro do Conselho Consultivo

Hugo Stefanio Carvalho Carneiro  
Membro do Conselho Consultivo

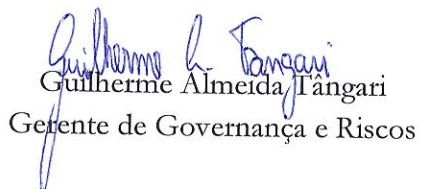




Humberto Savelli Batista Gomes  
Membro do Conselho Consultivo




Sônia Madali Boseja Carolino  
Membro do Conselho Consultivo



Guilherme Almeida Tangari  
Gerente de Governança e Riscos



Maria Auxiliadora de Fátima Costa e Souza  
Membro do Conselho Consultivo




Ubaldina Maria da Costa Isaac  
Membro do Conselho Consultivo



Tânia Alcântara Loss Vincens  
Advogada e Secretária da Mesa

VISTO  
BH. 16/09/2019



Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

